

Relatório da administração

Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP de acordo com as regras definidas no contrato de concessão. Em agosto de 2016, tivemos os reajustes das tarifas. A TBP - Tarifa Básica de Pedágio (tarifa aplicada nos dias úteis), foi reajustada de R\$ 10,30 para R\$ 11,00 e TBA - Tarifa Básica com Adicional (tarifa aplicada nos finais de semana e feriados nacionais), foi reajustada de R\$ 17,20 para R\$ 18,30. No ano de 2016 a receita operacional bruta da companhia atingiu o valor de R\$ 110,2 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, com redução de 1,08% sobre o obtido em 2015. Explicada pela redução de 5,5% no tráfego da rodovia no ano de 2016 influenciado pelos efeitos macroeconômicos, além do deslocamento do calendário de feriados. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido inferior em 7,09% quando comparamos com o ano de 2015. A redução no lucro líquido é explicada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, devido ao aumento do endividamento para realização das obras de melhoria da rodovia. Foi captado financiamento de longo prazo no valor de R\$ 65 milhões no mês de abril, na modalidade debêntures, para conclusão das obras de melhoria na rodovia. No ano de 2016, foram realizados aproximadamente R\$ 19 milhões em investimentos, destacando-se a obra prevista no 8º Termo Aditivo do contrato de concessão que contempla a melhoria da segurança viária com a implantação dos dispositivos de separação de pistas, adequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres. Foi realizado no ano de 2016 o pagamento à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, o valor de R\$ 11.483 mil, sendo R\$ 1.299 mil relativos a juros sobre capital próprio do ano de 2015 e R\$ 10.184 mil referente ao lucro líquido apurado até terceiro trimestre de 2016.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos do Grupo CCR é o Programa Caminhos para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com

o trânsito e o meio ambiente. Em 2016, na região de abrangência da CCR ViaLagos, o Programa atendeu 14,5 mil alunos e 440 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2016, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos, tais como: Buzum!, Cine em Cena, Teatro a Bordo e Photo Truck. **4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufacturado:** No ano de 2016 o destaque é a obra Melhoria da segurança viária, presente no 8º Termo Aditivo contratual. A implantação dos dispositivos de separação de pistas transformou a Rodovia dos Lagos em uma estrada ainda mais moderna, confortável e segura para os seus usuários. Esta importante obra influenciou na redução significativa dos índices de acidentes e mortalidades na rodovia. No ano de 2016, quando comparado com 2015, tivemos uma redução de 16% e 47% nos índices de acidentes e mortalidade respectivamente. Esta redução é mais importante quando comparada com os anos anteriores à implantação das obras de melhorias (2010 a 2012), quando os índices de acidente e mortalidade reduzem 20% e 82% respectivamente. **5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos:** Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a AGETRANSP, aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2016. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso Relatório de Auditoria, o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. Rio Bonito, 16 de fevereiro de 2016. A Administração.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Lucros Total
		2016	2015	Legal	Estatutária			
Circulante								
Caixas e equivalentes de caixa	6	28.368	10.847					
Contas a receber	7	4.084	365					
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	4.307					
Impostos a recuperar		2.944	5.075					
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430					
Adiantamentos a Fornecedores		34	1.000					
Despesas antecipadas e outras		543	405					
Total do ativo circulante		36.403	22.429					
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Impostos diferidos	8b	1.856	4.288					
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	8.210	8.640					
Depósitos judiciais e outros		560	294					
Total do ativo não circulante		10.626	13.222					
Total do ativo		47.029	35.651					
Passivo								
Circulante								
Debêntures	13	6.960	73.030					
Fornecedores	14	6.153	3.137					
Fornecedores - partes relacionadas	10	386	364					
Imposto de renda e contribuição social		846	-					
Impostos e contribuições a recolher		1.547	1.316					
Obrigações sociais e trabalhistas		2.308	2.326					
Obrigações com o poder concedente		51	52					
Provisão de manutenção	16	3.766	2.258					
Juros sobre capital próprio		-	1.104					
Outras contas a pagar		179	253					
Total do passivo circulante		22.196	83.840					
Não circulante								
Debêntures	13	228.771	153.491					
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	4.433	3.824					
Provisão de manutenção	16	6.744	6.312					
Total do passivo não circulante		239.948	163.627					
Total do passivo		46.144	347.467					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	17.983	19.356
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.432	(2.176)
Apropriação de despesas antecipadas	430	430
Depreciação e amortização	9.226	7.002
Baixa de ativo imobilizado e Intangível	171	21
Variação cambial sobre empréstimos	-	47.242
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	32.727	20.691
Capitalização dos custos de empréstimos	(822)	(2.248)
Resultado de operação com derivativos	-	(39.267)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	781	1.942
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(116)	183
Constituição da provisão de manutenção	960	4.740
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.093	941
Total das atividades operacionais	46.882	39.501

Variações nos ativos e passivos

Aumento (redução) dos ativos

Contas a receber	(3.603)	(214)
Contas a receber - partes relacionadas	4.307	263
Impostos a recuperar	2.131	189
Despesas antecipadas e outras	(404)	(136)
Adiantamentos a fornecedores	966	5
Total das atividades operacionais	3.016	(3.912)
Fornecedores - partes relacionadas	22	(516)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	4.595	3.398
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(3.518)	(3.583)
Obrigações sociais e trabalhistas	(18)	301
Pagamentos com riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(172)	(384)
Realização provisão de manutenção	(113)	(3.966)
Obrigações com o poder concedente	(1)	(1)
Outras contas a pagar	(74)	13
Total das atividades operacionais	71.999	50.314

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado	(1.235)	(4.624)
Adições ao ativo intangível	(18.438)	(34.977)
Total das atividades de investimento	(19.673)	(39.601)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operação com derivativos	-	59.678
Financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	64.302	148.130
Pagamentos de principal	(67.000)	(199.850)
Pagamentos de juros	(20.819)	(11.290)
Dividendos e JCP pagos	(11.288)	(26.482)
Total das atividades de financiamento	(34.805)	(29.814)

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

Demonstração de aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	17.521	(19.101)
No início do exercício	10.847	29.948
No final do exercício	28.368	10.847
Total	17.521	(19.101)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governador do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo de concessão inicial era de 25 anos, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Com a aprovação do Poder Concedente, por meio de processo para reformulação do contrato com objetivo de reduzir as tarifas de pedágio e incluir investimentos para obras de melhoria das condições de conforto e segurança da rodovia, o prazo de concessão foi estendido por mais 25 anos sendo, inicialmente até janeiro de 2037, por meio do 8º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2011, e, recentemente, estendido até janeiro de 2047, por meio do 10º Termo Aditivo, publicado no DOE em dezembro de 2016. A partir desses aditivos, a Concessionária realizou investimentos de cerca de R\$ 200 milhões nas referidas obras. Entre as principais melhorias, destacam-se: a implantação da divisória metálica entre as pistas, alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Com essa importante obra na melhoria da infraestrutura da rodovia, houve redução expressiva nos números de acidentes e vítimas na Rodovia dos Lagos (RJ-124). Os investimentos realizados pela CCR ViaLagos ainda contribuirão para que a rodovia fosse muito bem avaliada na 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2016, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo segundo ano consecutivo a RJ-124 foi novamente a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da companhia. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receita de Serviços:** As receitas de pedágio, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo exercem, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação,

após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do hedge de fluxo de caixa. • Capital social – ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "i). **i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de

gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão...

critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitua um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo...

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC...

Nota
2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b Impostos diferidos
11 Depreciação do ativo imobilizado
12 Amortização dos ativos intangíveis
15 Provisão para riscos
16 Provisão de manutenção
20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo...

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de taxa de câmbio. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras...

Table with 5 columns: Menos de 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 3 anos, Entre 3 a 4 anos, Acima de 4 anos. Rows: Debêntures (a), (a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa
2016 2015
Caixas e bancos 1.869 1.477
Aplicações financeiras 26.499 9.370

7. Contas a receber
2016 2015
Pedágio eletrônico (a) 3.970 193
Receitas acessórias (b) 130 261
Receitas de arrecadação - PEX (a) 83 126

Idade de vencimento dos títulos
2016 2015
Créditos a vencer 4.005 329
Créditos vencidos até 60 dias 78 16
Créditos vencidos de 61 a 90 dias 1 20
Créditos vencidos de 91 a 360 dias 99 215

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, a partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser partes relacionadas, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Condição do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:
2016 2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 27.105 28.284
Alíquota nominal 34% 34%

6. Caixa e equivalentes de caixa
2016 2015
Caixas e bancos 1.869 1.477
Aplicações financeiras 26.499 9.370

7. Contas a receber
2016 2015
Pedágio eletrônico (a) 3.970 193
Receitas acessórias (b) 130 261
Receitas de arrecadação - PEX (a) 83 126

Idade de vencimento dos títulos
2016 2015
Créditos a vencer 4.005 329
Créditos vencidos até 60 dias 78 16
Créditos vencidos de 61 a 90 dias 1 20
Créditos vencidos de 91 a 360 dias 99 215

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, a partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser partes relacionadas, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Incentivo relativo ao imposto de renda, Outros ajustes tributários, Provisão para participação nos resultados (PLR), Despesas imputáveis, Despesas com brindes e associações de classe, Juros sobre capital próprio, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Impostos correntes, Impostos diferidos, Alíquota efetiva de impostos.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Bases ativas, IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a), Valor justo de operações com derivativos, Perdas em operações com derivativos, Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais, Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b), Outros.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Bases passivas, Valor justo de operações de derivativos, Ganhos de operações com derivativos, Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b), Outros, Ativo diferido líquido, (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios: 2017, 2018.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Circulante, Não circulante.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Saldo, Transações, Serviços Prestados, Imobilizado / Contas a receber, Fornecedores e contas a pagar.

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão. 10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Remuneração: Benefícios de curto prazo - remuneração fixa, Outros benefícios: Provisão de participação no resultado, Complemento de PPR pago no ano, Previdência privada, Seguro de vida.

Na AGO realizada em 29 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.500, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração
2016 2015
Remuneração dos administradores 129 116

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo
2015 2016
Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final
Móveis e utensílios 689 - - - 689
Máquinas e equipamentos 3.942 (1) (531) 3.410
Veículos 2.734 (295) 717 3.156
Instalações e edificações 5.908 - 2.680 8.588
Imobilizações em andamento 7.978 1.748 (3.461) 6.265

Móveis e utensílios 677 (2) 14 689
Máquinas e equipamentos 4.005 (19) (44) 3.942
Veículos 2.773 (340) 301 2.734
Instalações e edificações 5.688 (4) 224 5.908
Imobilizações em andamento 3.482 4.992 (496) 7.978

(a) Reclasseificações do ativo imobilizado para o ativo intangível; Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 513 em 2016 (R\$ 368 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,47% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,99% a.a. em 2015.

Table with 2 columns: 2015, 2016. Rows: Taxa média anual de depreciação %, Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final.

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo
2015 2016
Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura 275.606 18.747 - 1 294.354
Direitos de uso de sistemas informatizados 862 - - 457 1.319
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados 280 - (126) 136 290

276.748 18.747 (126) 594 295.963
2014 2015
Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura 240.748 34.857 1 275.606
Direitos de uso de sistemas informatizados 862 - - 862
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados 280 - - 280

Table with 2 columns: 2016, 2015. Rows: Saldo, Taxa média anual de depreciação %, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, Instalações e edificações.

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo
2015 2016
Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura 275.606 18.747 - 1 294.354
Direitos de uso de sistemas informatizados 862 - - 457 1.319
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados 280 - (126) 136 290

276.748 18.747 (126) 594 295.963
2014 2015
Saldo inicial Adições Baixas Transfe-rências (a) Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura 240.748 34.857 1 275.606
Direitos de uso de sistemas informatizados 862 - - 862
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados 280 - - 280

o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da

concessão. Em 31 de dezembro de 2016 esses compromissos totalizavam R\$ 53.250 (R\$ 31.431 em 31 de dezembro de 2015) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes. **22. Demonstração dos fluxos de caixa:** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2016	2015
Fornecedores	-	2.000
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	2.000
Adições ao ativo intangível	-	(2.000)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(2.000)

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cloeff - Presidente do Conselho; Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro; Arthur Pílotto Filho - Conselheiro; Francisco de Assis Nunes Bulhões - Conselheiro; Leonardo Couto Vianna - Conselheiro; Paulo Yukio Fukuzaki - Conselheiro; Ricardo Bisordi de Oliveira Lima - Conselheiro; Ricardo Antonio Mello Castanheira - Conselheiro.

Composição da Diretoria

Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente; Francisco Pierrini - Diretor Operacional

Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3 "S" RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7